



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA Nº 06/2022

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, excepcionalmente, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na sala de Reuniões da Presidência – 6.º andar, registra-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Flavio Alexandre de Carvalho, do Diretor Financeiro do FAPS, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin, das representantes do Conselho Deliberativo, Sra. Rosângela Palmira Dalla Vecchia e Sra. Paula Albring Ribeiro. A pauta da presente reunião foi: a) desempenho da carteira de maio; b) análise e estudo sobre os Critérios de investimentos em Instituições Privadas; c) assuntos gerais. Como primeiro ponto de pauta “desempenho da carteira de maio” Vinícius iniciou comentando que a inflação continuou sendo o principal destaque nos últimos meses, inclusive no mês de maio. Comentou também que a preocupação global é de uma possível recessão em países desenvolvidos, como os Estados Unidos. Outros sinais, como a continuação da guerra na Ucrânia e Rússia, bem como, a tolerância de política zero na China em relação a COVID-19, fizeram com que alguns investimentos tivessem desempenhos menos satisfatórios ou até mesmo negativos. Vinícius destacou que, a pandemia já não é mais a maior preocupação da economia global, ela continua impactando (negativamente) para o crescimento e para a recuperação, mas que o foco principal dos Bancos Centrais no mundo refere-se a escalada da inflação e como controlar os aumentos de preços. Além disso, foi comentado que os Bancos Centrais de diversos países tem elevado suas taxas de juros e que a grande surpresa foi do Banco Central Americano que elevou em 0,75% na última reunião, uma das maiores nos últimos anos. Assim como o Reino Unido que registrou o maior índice inflacionário nos últimos 40 anos. Vinícius comentou que no Brasil ainda tem se visto um desempenho fraco, porém positivo, no primeiro trimestre do ano, o que tem demonstrado que a economia doméstica tem se recuperado de forma gradual e lenta. Por outro lado, se eleva as expectativas para o segundo semestre ano. Além disso, Vinícius deu destaque para as questões sobre o desempenho dos setores da economia brasileira, que se apresentaram em índices de crescimento positivo, o que fortalece ainda mais os investimentos internos. Rosângela questionou sobre a rentabilidade da carteira do FAPS em relação à meta. Vinícius respondeu que o resultado da carteira de maio foi de 1,01%, contra uma meta do mês de 0,87%. Mesmo sendo superior à meta mensal, o desempenho da carteira do acumulado do ano ficou em 2,12% contra o acumulado da meta de 6,89%, o que significa que da relação Carteira x Meta ainda se tem muito a buscar ao longo deste ano. Vinícius trouxe ainda alguns relatos sobre leituras e informações que tratam sobre uma possível volatilidade para o ano, devido a ocorrência das eleições. Vinícius comentou que, neste momento, as eleições podem trazer uma oscilação dos ativos, principalmente dos que tem mais riscos, porém a oscilação em relação às eleições, neste momento, não é um fator tão relevante, pois o foco está na visão global dos países de controlar a inflação que tem retirado o poder de compra e inclusive de investimentos. Assim, o FAPS encerrou o mês com um montante de R\$ 381.672.490,74 (trezentos e oitenta e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e quatro centavos. Encerrado o assunto primeiro, passou-se para o segundo ponto de pauta, que trata sobre “análise e estudo sobre os



Critérios de investimentos em Instituições Privadas”. Sobre o segundo ponto de pauta, Vinícius iniciou informando que foi enviado por e-mail o arquivo com os critérios para análise dos membros. Em seguida, foi realizada a leitura do documento, bem como os ajustes. Por fim, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Rosângela questionou se este documento seria interno ou far-se-ia a alteração da legislação. Vinícius informou que, para fazer um teste e verificar se os critérios elegíveis seriam os suficientes, poderia, inicialmente, deixar como documento à parte da própria gestão e sugeriu que, para a elaboração da Política de Investimentos (PI) de 2023 fosse inserido estes critérios, uma vez que a PI 2023 é o documento que norteia as ações de investimentos e desinvestimentos, bem como é aprovado pelo Conselho Deliberativo, transformado em Resolução e por fim, publicado no Diário Oficial do Município. Desta forma, se concordou em seguir esta linha de pensamento e sugestão. Salientando que, por solicitação dos membros, ficasse consignado em ata que tais critérios farão parte da PI 2023. Também se deixou consignado que serão realizados os ajustes necessários e encaminhado o documento sobre os critérios definidos para os membros. Além disso, se pactuou que estes critérios serão apresentados na reunião Ordinária do Conselho Deliberativo. Ainda, Vinícius comentou que a gerente de conta da Caixa Econômica Federal (CEF) entrou em contato no final do dia 22 de junho para informar que o assunto sobre a isenção da taxa de custódia dos títulos públicos ainda está em andamento e que ela havia recebido um retorno, sobre o pedido do FAPS, de que a CEF estaria elaborando alguns critérios para verificar a isenção, uma vez que a CEF tem percebido que os RPPSs tem, de fato, retirado recursos dos fundos para compra de Títulos Públicos. Desta forma, ela disse que tão logo recebido o retorno estará comunicando o FAPS. Rosângela comentou que o FAPS não pode ficar esperando um retorno da CEF, Flavio também concordou, e que o FAPS teria que ter outro movimento. Vinícius comentou que acredita que é necessário fazer um processo licitatório para a contratação de uma nova empresa para custódia dos títulos, ou então por dispensa se a legislação permitir, uma vez que se tem no mercado Instituições Financeiras que não cobram taxa de custódia. Paula comentou que acredita ter que fazer por Credenciamento e Luciane falou que teria que ver o contrato atual sobre a possibilidade de rescisão e multa por motivo desta rescisão. Vinícius comentou que pode verificar, mas que o aprovado pelo Conselho Deliberativo era de que a mudança de instituição financeira para custódia, dentro dos percentuais estipulados, só seria possível com a negação da isenção de taxa por parte da CEF. Desta forma, Rosângela comentou que se pode levar esta questão para o Conselho Deliberativo avaliar. Em assuntos gerais, terceiro ponto de pauta, Rosângela perguntou sobre o curso preparatório que ocorrerá em Bento Gonçalves em relação à nova certificação. Vinícius informou que gostaria de participar, porém como o curso ocorre bem em dias de repasse das contribuições do FAPS ficará difícil, além disso, Vinícius falou que o curso será dado de forma mais geral, tendo em vista que a nova certificação tem várias grades curriculares, dependendo do segmento (gestor, membro do comitê, membro de conselho e responsável pela gestão do RPPS) e não percebe ser um curso de aprofundamento. Desta forma, se avaliou e ficou acordado que ninguém irá para o evento e que o Diretor Financeiro verificará a possibilidade do curso ser dado pela SMI – Assessoria Financeira contratada. Nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos.